



Anais da Assembleia

Nº 15

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1982

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a.

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho, — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

OFÍCIO

Sr. Presidente.

Tenho a grata satisfação em passar às suas mãos, a relação dos Srs. Deputados do PMDB que passarão a compor as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa.

Sendo o que havia para a oportunidade, renovo os meus protestos de alta estima e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS.

MEMBROS INTEGRANTES DAS COMISSÕES TÉCNICAS
PERMANENTES DO PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, PARA A
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplentes
Fidelcino Tolentino	Nilso Sguarezi
Lineu Turra	Deni Schwartz
Renato Bernardi	Nestor Baptista
Nelton Friedrich	Edilson Alencar
Dácio Leonel	Renato Bueno

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares	Suplentes
Darcy Deitos	Tadeu Lúcio Machado
Deni Schwartz	Dácio Leonel
João Elísio	Waldyr Pugliesi

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titulares	Suplentes
Darcy Deitos	Deni Schwartz
Nestor Baptista	Tadeu Lúcio Machado
Edilson Alencar	João Elísio

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares	Suplentes
Nelton Friedrich	Gernote Kirinus
Pinto Dias	Romero Filho
Edilson Alencar	Nilso Sguarezi

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titulares	Suplentes
Gilberto Agibert	Mário Celso
Carlos Zanlorenzi	Lineu Turra
João Elísio	Edilson Alencar

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titulares	Suplentes
Tadeu Lúcio Machado	Deni Schwartz
Mário Celso	Romero Filho
Edilson Alencar	João Elísio

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Titulares	Suplentes
Renato Bernardi	José Domingos Scarpelini
Nestor Baptista	Deni Schwartz
Dácio Leonel	João Elísio

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titulares	Suplentes
Edilson Alencar	Romero Filho
Gernote Kirinus	Deni Schwartz
José Domingos Scarpelini	Fidelcino Tolentino

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titulares	Suplentes
Romero Filho	Fidelcino Tolentino
Mário Celso	Tadeu Lúcio Machado
Nestor Baptista	Lineu Turra

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titulares	Suplentes
Romero Filho	Waldyr Pugliesi
Renato Bueno	Nestor Baptista
João Elísio	Nilso Sguarezi

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares	Suplentes
Tadeu Lúcio Machado	Edilson Alencar
João Elísio	Gernote Kirinus
Renato Bernardi	Mário Celso

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titulares	Suplentes
Lineu Turra	Gilberto Agibert Filho
Darcy Deitos	Nestor Baptista
	Nilso Sguarezi

COMISSÃO DE TURISMO

Titulares	Suplentes
Gilberto Agibert Filho	Romero Filho
Nestor Baptista	Tadeu Lúcio Machado
	João Elísio

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titulares	Suplentes
Nestor Baptista	Edilson Alencar
João Elísio	Gernote Kirinus
Fidelcino Tolentino	Deni Schwartz

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titulares	Suplentes
Renato Bernardi	Edilson Alencar
Mário Celso	Deni Schwartz
Tadeu Lúcio Machado	Fidelcino Tolentino

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

Titulares	Suplentes
Mário Celso	Gilberto Agibert Filho
Nestor Baptista	Gernote Kirinus
	Fiori Luiz

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Titulares	Suplentes
Darcy Deitos	Gernote Kirinus
Dácio Leonel	Nestor Baptista
Fiori Luiz	Romero Filho

Indicação:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, indico o meu próprio nome para integrar as seguintes Comissões Técnicas Permanentes, para o período da 4.ª Sessão Legislativa da 9.ª Legislatura: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Tomada de Contas, Comissão de Turismo e Comissão de Cultura e Esportes.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

a) ADALBERTO DAROS

Requerimentos:**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Severino Zanini, ocorrido no último dia 11 de março do corrente

ano.

Requer ainda, se dê ciência a seus familiares através do endereço.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Severino Zanini, comerciante e proprietário da Casa Rener, de Pitanga, há mais de 20 anos, além de bom marido e pai, gozava de uma amizade enorme entre a sociedade pitanguense.

Seu desaparecimento deixou uma lacuna imensa entre seus amigos e familiares, aos quais nos unimos consternados neste momento de tristeza e pesar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. SANTO NESI, ocorrido dia 08 de março último.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

O falecido, de 87 anos era homem voltado à produção e aos interesses do campo, bem como ao comércio no Município de Francisco Beltrão, onde prestou relevantes serviços à comunidade e região.

Deixa 11 filhos, 78 netos, 208 bisnetos e 8 tataranetos e nos corações de todos aqueles que compartilharam do seu convívio, uma saudade e a certeza de que Francisco Beltrão e o Sudoeste do Paraná perderam um dos seus mais expressivos cidadãos, exemplo de trabalho e dedicação à sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 112/81, de sua autoria, o qual visa declarar de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba, tendo em vista que a referida Sociedade já foi declarada de utilidade pública pela Lei n.º 6671, de 20/05/75.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao Senhor Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, solicitando as seguintes informações:

1 — Se a Senhora Sueli Pessoa da Silva foi qualificada para trabalhar no setor de identificação na cidade de Nova América da Colina?

2 — Caso positivo, informar sobre o período de estágio nessa Secretaria e se a referida Senhora apresentou todos os documentos exigidos, inclusive o diploma de conclusão do segundo grau.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofícios à COPEL e SANEPAR, encare-

cendo medidas saneadoras à Rua Sertaneja, Planta Rio Negro - Pinheirinho, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Esta rua é lateral de um importante estabelecimento de ensino, e por ela transitam, inclusive à noite, alunos do referido estabelecimento, e a rua não possui iluminação pública, ficando assim completamente às escuras, e não possuindo, também, rede de esgotos e galerias de água pluvial, sendo um grande transtorno a ocorrência de chuvas naquele local.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, sobre os custos de produção e veiculação do programa "Paraná em Debate", exibido no último dia 20, sábado, nas emissoras de televisão do Estado.

Outrossim, gostaríamos de saber se o referido programa é patrocinado pela Sub-Chefia de Comunicação Social ou por outro órgão da administração.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que as autoridades policiais de Jardim Alegre, neste Estado, se caracterizam por sua linha de arbitrariedade e truculência,

CONSIDERANDO que, em consequência, a população local vive clima de permanente pavor,

CONSIDERANDO que, no fim da semana passada, o cidadão Pedro Reck, pessoa largamente conceituada naquele município, foi algemado dentro de sua residência, conduzido à Delegacia de Polícia sob pancadas durante o percurso e que, no interior dela, sofreu toda sorte de sevícias, tendo tido fraturadas todas as costelas, e triturados o fígado, o baço e o estômago,

CONSIDERANDO que o principal autor das inacreditáveis ocorrências é soldado do destacamento policial, com nada menos de três mortes a pesarem-lhe na consciência,

CONSIDERANDO que esse fato traumatizou e exasperou a população local, em vista da impunidade dos policiais assassinos,

CONSIDERANDO que a exasperação diante da impunidade poderá levar o povo a fazer justiça com as próprias mãos, REQUER que o titular da Pasta de Segurança Pública, objetivando a manutenção da ordem e da tranquilidade em Jardim Alegre, remova, com a máxima urgência, todas as atuais autoridades policiais daquele município, antes que algo de mais grave venha a ocorrer, como punição do nefando crime que continua revoltando o povo.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

(a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, da matéria publicada pelo jornal "GAZETA DO POVO", de 23-03-82. "Na ordem, desagravo a Osmann de Oliveira". Que da decisão, dê-se ciência ao desagravado.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Buscamos, ao inserir nos Anais da Casa, registrar o exemplo da grande obra que as tribunas forenses podem fazer pelo aprimoramento não só da justiça, mas do regime democrático.

A denúncia do advogado Osmann de Oliveira, como entendeu a justiça, objetiva tão só resguardo dos interesses da própria justiça, do que crítica maldosa contra a pessoa dessa Promotora Pública.

Tenho, para mim, que o advogado tem o dever cívico, sempre que souber de irregularidades administrativas ou ilegalidade, apontá-las sob pena de ser conivente com as mesmas. Que o exemplo fique registrado, pois tais comportamentos são dignos de passarem às gerações futuras.

Não se deve estimular o desrespeito à autoridade, mas também não se recomenda a omissão e o medo, quando a lei e o dever são descumpridos.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 26/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro na Cidade de SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1982.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

A "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro na Cidade de SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tem como finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, divulgando-lhes os preceitos de higiene, puericultura, assistência médica e alimentar; proteção e educação a crianças órfãs e abandonadas, bem como as de pais comprovadamente pobres, através de colocação familiar, internamento e demais formas de assistência.

Proteção, tratamento e educação a crianças com empecos físicos, mentais e sociais, bem como àquelas cujas mães trabalham fora do lar, além de outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei.

A "APMI" de Sertanópolis, por sua própria condição e pelo relevante papel que vem desempenhando na área social de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura

do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o ano de 1979, mais precisamente no mês de janeiro, o professor Joel Weçalovis, do Colégio Eron Domingues, iniciou uma luta em prol da instalação de Posto de Atendimento da FENAME para Mal. Cândido Rondon, dispondo-se inclusive a dirigi-lo gratuitamente, eis que possui casa de comércio com amplas instalações em frente ao citado colégio onde estudam cerca de dois mil alunos.

Na época contou o professor com o auxílio do Deputado Werner Wanderer que nada conseguiu até o presente momento e do próprio Governador biônico General Ney Braga.

Sabedores que somos que os objetivos da FENAME — Fundação Nacional de Material Escolar — é o de oferecer a preços acessíveis o material escolar aos alunos mais carentes, não entendemos o porquê da ainda não extensão de tal benefício ao nosso município e portanto aos nossos estudantes carentes.

Desde 1979 tudo não passou de tentativas na busca de tal benefício.

Sabemos também que com a instalação do Posto de Atendimento da FENAME, não haverá concorrência com o mercado livreiro tradicional, uma vez que os mesmos são desprovidos de luxo e de embalagens e capas luxuosas, como são os distribuídos em Secretarias para propaganda pró-governo.

Atende, portanto, as necessidades do estudantado mais carente, evitando que os mesmos venham a ser prejudicados na continuidade de seus estudos por falta de material escolar.

Sabemos também que a FENAME, por ter jurisdição em todo o território nacional, cumpre um chamado rigoroso programa de instalação de novas unidades distribuidoras.

Mas, nos parece que tal programa rigoroso, foi mutilado por intenções outras, eis que até o momento Mal. Cândido Rondon não recebeu tal benefício que visa tão somente atender a população estudantil mais carente.

Já que a Oposição, segundo os parlamentares da Situação, só sabe criticar e que o governo é o único que traz obras, esperamos que não se demore tanto e atenda a reivindicação feita há três anos.

Quem sabe naquela ocasião o governo não possuía força por estar distante do período eleitoral, e agora em pleno ano eleitoral, quem sabe, poderá atender esta reivindicação que visa beneficiar aqueles que esperam um pouco mais por parte do governo que se diz tão seriamente interessado no bem estar do povo paranaense.

É com essa esperança, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós temos sobre a mesa um requerimento para reforçar ou senão para simplesmente lembrar de que existe um pedido, um pedido que partiu lá de Mal. Cândido Rondon, a partir de um professor humilde; que foi encaminhado por um Deputado do PDS, inclusive endoçado, encaminhado pelo Governador biônico, General Ney Braga, e esperamos agora que no ano político, no ano eleitoral, esse simples pedido, mas de muito significado para dois mil estudantes daquela escola, seja atendido.

E assim, possamos apostar na esperança de um Brasil maior, uma vez que a luta hoje contra o combate à ignorância, contra o combate da guerra, se dá nas trincheiras que são os bancos escolares, e não na exportação de armas, como quer um regime imposto desde 1964.

Sr. Presidente, nós ficamos nesta esperança, que no ano eleitoral Mal. Cândido Rondon possa ver o seu posto da FENAME instalado e esperamos também contar com o apoio de todos os parlamentares, para o nosso requerimento, que já se encontra sobre a mesa.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo do Estado do Paraná tem uma capacidade incrível para debochar, ludibriar e fazer zombaria com o povo paranaense. Os homens do Palácio Iguaçu devem pensar que todos nós somos tolos, imbecis. A última semana serviu para provar que o desespero chegou. Vejamos:

— O candidato oficial do PDS ao Governo do Estado, num espaço de dois dias, foi vaiado três vezes pelo povo, na Praça Santos Andrade, quando estava acompanhado do Presidente Figueiredo, que também recebeu vaias, na Cidade de Maringá e por ocasião do debate dos estudantes com os candidatos ao Governo.

Frise-se, que no encontro com os estudantes, o ungido não apareceu e mesmo ausente foi estrepitosamente vaiado.

Em Londrina, o Sr. Raiz andou pelo calçadão como um verdadeiro desconhecido.

Não fosse a assessoria, que entrava nos bares e arrastava pessoas para cumprimentá-lo e sua visita só seria identificada através das badalações da imprensa,

— No último sábado, dia 20, as televisões mostraram a mais recente criação palaciana: o programa "Paraná em Debate", uma mesa redonda, onde o candidato do PDS respondia perguntas previamente determinadas, feitas por jornalistas previamente selecionados.

E aí foi o máximo do ridículo. Com a mesa-redonda, tentaram descaracterizar a produção paga a preço de ouro, fugindo do estilo padrão, que é a formação da cadeia paranaense de TV.

Alguns poucos talvez tivessem acreditado que o programa era um programa de debates. Mas para a grande maioria foi difícil conter o riso. A assessoria do candidato oficial do PDS precisa ter auto-censura, auto-crítica. Enganar o povo, tentando dar autenticidade a um programa preparado nos laboratórios palacianos é zombar, é escarnecer da inteligência popular. E muitos assessores andaram espalhando que o programa não foi pago, o que é uma grande mentira. É verdade que nenhuma emissora tem a fatura específica, pois esses tipos de programas entram no que chamamos de super-faturamento. Pelo preço do segundo, dá para se ter uma idéia de quanto custou o programa, de quase 30 minutos, rodado em todas as estações do Estado.

— Quem assiste televisão neste Estado, já se habituou a enxurrada de publicações oficiais. São VTs enaltecendo a administração pública. A veiculação, é paga com o dinheiro do povo.

O Senador Leite Chaves está certo ao pedir explicações sobre a origem de tanto dinheiro. Uma das propagandas mais recentes fala sobre o programa de asfalto. E de forma descarada, o Governador Ney Braga atribui para si os méritos totais. Pela publicidade, Ney construiu todos os quilômetros de estrada neste Estado, pois diz que no primeiro governo construiu tantos quilômetros e agora vai encerrar com tantos. E o ex-Governador Jayme Canet, não construiu nada? E no Governo

Paulo Pimentel? E Parigot? E Emílio Gomes? Roubar os méritos dos outros é muito feio, principalmente partindo de um Governador de Estado.

A perspectiva de perder o mando está deixando todo mundo abilitadono Palácio.

Esta que é a grande verdade.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Ainda no Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Cotrim, inscrito.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante o recesso deste início de ano, um Deputado oposicionista com assento nesta Casa, teceu críticas ao sistema de transportes que opera na travessia Caiobá-Guaratuba.

Evidentemente mal informado e aproveitando o período da temporada, o referido Parlamentar, com visíveis intenções eleitorais e eleitoreiras, argumentava que o Governo do Estado estava aplicando mal os recursos públicos, ao determinar a construção de dois "ferry-boats" para agilizar aquela travessia, quando, no entendimento do Parlamentar, o Governo do Estado deveria, isto sim, construir uma ponte, fazendo a ligação Caiobá-Guaratuba.

A crítica, sem dúvida nenhuma, é improcedente e absurda, e só pode ter sido motivada, evidentemente, pela vontade do Parlamentar em tornar-se simpático e mostrar um trabalho perante os olhos dos veranistas que durante a temporada enfrentam as filas naquela travessia, mas deixa patente a falta de conhecimento dos parâmetros técnicos e econômicos que devem orientar a decisão do Governo em obras dessa natureza e desse porte.

Desconhece, desconhecia e deve continuar desconhecendo o nobre Deputado, que a construção de uma ponte entre Caiobá e Guaratuba, demandaria, aos preços de hoje, recursos na ordem de, aproximadamente, 3 bilhões de cruzeiros, além de outras despesas com aterros, melhoria de pavimentação, e reforço das rodovias que fariam a ligação até aquela travessia.

Na atual situação que atravessa o País e que também o Estado do Paraná faz parte disso, um investimento desse porte viria, sem dúvida nenhuma, onerar demasiadamente o Estado, e teria sua capacidade sub-utilizada durante grande parte do ano, porque aquela travessia só tem movimento grande nas épocas de temporada, o que ocorre nos meses de dezembro a fevereiro.

Com a construção dos dois "ferry-boats" que foram colocados em funcionamento naquela travessia, ao custo de 125 milhões de cruzeiros, um custo relativamente baixo, tendo em vista as despesas que se gastaria com a construção de uma ponte, já conseguiu a Secretaria dos Transportes, através do DER, aumentar em 135 por cento a capacidade de travessia e diminuir o tempo que antes era de, aproximadamente 4 horas e meia, para, aproximadamente, uma hora, uma hora e meia.

Justifica-se, portanto, que o Governo do Estado tenha feito investimento através da Secretaria dos Transportes, e encontrou uma solução rápida, que satisfaz a necessidade dos veranistas no final do ano passado e no início deste ano.

Ao contrário, se o Governo do Estado atendesse a uma solicitação desta ordem, na construção de uma ponte, estaria, sem dúvida nenhuma, prejudicando outras obras prioritárias, principalmente no Norte do Paraná, entre Londrina e Maringá, a construção de uma segunda pista que ligaria estas cidades, que estão, durante todo o ano e já há muito tempo totalmente

superadas, totalmente ocupadas pelo transporte de produtos, de riquezas, de alimentos, que não seriam, então, apenas uma viagem de veraneio de final de ano, início de ano, mas seria, sem dúvida nenhuma, recursos destinados a transportar a nossa riqueza do Norte do Paraná.

É evidente que nem o Estado do Paraná nem nós descartamos da possibilidade de uma construção de uma ponte nessa travessia.

Mas que isto fosse com recursos do Governo Federal, e que não fosse, também, esta ponte, num traçado pedido pelo Deputado da Oposição, mas que fosse feito um novo traçado, porque, caso contrário, nós estaríamos, também, prejudicando, violentamente, a tranqüilidade dos veranistas que ali ficam nas suas férias, porque passaria, então o tráfego pesado, que hoje ocupa a BR-101, passando pela serra, passaria, nestas alturas, pelo litoral e viria tirar toda a tranqüilidade do nosso aprazível e tranqüilo litoral paranaense.

Fica, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrada aqui, que a intenção do Parlamentar da Oposição, ao apresentar esta sugestão, era eleitoreira e que não tinha conhecimento de causa para apresentar uma crítica, ou uma sugestão desta natureza.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"As atribuições constitucionais da polícia são as de manutenção da ordem e da segurança pública, a fim de garantir a sociedade e a vida das pessoas.

Temos visto, porém, infelizmente, fato repetido em todo o País, que a polícia passou a ser fator de intranqüilidade e de temor, onde quer que se faça presente.

Um caricaturista, certa feita, estampou "charge" no "Jornal do Brasil" em que um popular, ante a aproximação de dois policiais, ergue os braços, e pede socorro.

Policial passou a ser considerado marginal, com periculosidade muito maior do que a de qualquer bandido, principalmente em decorrência da impunidade a seus crimes.

É claro que são indivíduos isolados que comprometem tão seriamente a comunidade de segurança. Mas, a ação criminosa destes depõe contra toda aquela coletividade. E é preciso que se ponha, urgentemente, um paradeiro aos abusos e às violências das minorias que desmoralizam essa biosa coletividade.

Temos a comunicar revoltante fato, ocorrido, no dia 19 próximo passado, na Cidade de Jardim Alegre, e do qual foram protagonistas policiais destacados naquele município.

O Cidadão Pedro Reck, irmão do ex-Prefeito de Jardim Alegre, Sr. Alzemi Reck, foi a vítima fatal da sanha policial, e isso está pondo em polvorosa a população local.

A polícia nas imediações da casa do Sr. Pedro Reck, algemou-o, e conduziu-o à sede da Delegacia de Polícia. O Sr. Pedro Reck gozou sempre da geral estima do povo, e não podia sofrer tamanha humilhação. Por que algemá-lo, se ele poderia comparecer normalmente à repartição policial? A polícia, no entanto, arbitrária e violenta, quis dar uma demonstração do seu poder, da sua força. Passeiou, com vítima algemada, pelas ruas de Jardim Alegre, no intuito, talvez, de agravar o clima de intimidação, já existente na cidade.

A cena degradante ainda se apegou diante do que estava por vir. No interior da Delegacia de Polícia, o Sr. Pedro Reck sofreu brutal espancamento. Os gritos de dor eram ouvidos em toda a vizinhança. Com ódio e com sadismo, os policiais atacaram o prisioneiro indefeso, dentro do cárcere, e, na agressão, utilizaram instrumentos contundentes, além dos socos e dos pontapés desferidos. O Sr. Pedro Reck teve todas as costelas fraturadas, além de outros ferimentos gravíssimos.

Passada a fúria, diluída pela violência, os policiais constataram que o Sr. Pedro Reck se encontrava em estado desesperador. Transportaram-no, então, para um hospital, a fim de receber os socorros de emergência. Mas, para infortúnio da família, o Sr. Pedro Reck não resistiu aos poderosos golpes recebidos por todo o corpo, e veio a falecer antes de dar entrada no nosocômio.

A população de Jardim Alegre está revoltada, e exige punição drástica e imediata dos policiais criminosos sob pena de fazer justiça com suas próprias mãos.

Deu-se no sábado de manhã, o sepultamento da torturada vítima dos policiais de Jardim Alegre. Pertencente à conceituada família local, o Sr. Pedro Reck está sendo alvo de sentidas homenagens populares. E o ambiente em Jardim Alegre é de grave tensão, porque os policiais continuam, cinicamente, a enfrentar a população, como se nada tivesse ocorrido.

Endereçamos esta nossa denúncia ao Sr. Secretário de Segurança Pública que Sua Excelência não deseja acobertar criminosos repulsivos e sádicos. E, por esse motivo, supomos que há de fazer pesar, imediatamente, sobre a cabeça dos vis assassinos, o peso da lei e da justiça.

Não adianta o subterfúgio de "rigorosa sindicância". Isto é apenas um modo de ser minimizado o crime, para que, com o passar do tempo, os criminosos continuem a gozar da impunidade.

O que é preciso é a prisão imediata dos causadores da morte do Sr. Pedro Reck, e a sua destituição dos quadros da Polícia. Não o fazendo, o Sr. Secretário de Segurança não merecerá a denominação do cargo que ocupa, e estará permitindo que cada qual se defenda como puder dos facínoras que lotam as repartições policiais no interior do Estado.

Em nossa denúncia, fica também o nosso veemente protesto contra as atrocidades dos bandidos de Jardim Alegre, travestidos de mantenedores da ordem e da segurança pública."

Era só, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço ao Deputado Edilson Alencar.

É lamentável o ocorrido no Município de Jardim Alegre, mas quero trazer ao conhecimento desta Casa, eu tive a oportunidade de passar logo em seguida por aquela cidade; e não é a realidade a denúncia que Vossa Excelência oferece neste momento.

Pedro Reck foi preso pela polícia a pedido da própria família que procurou a Delegacia e intranquilo, a família, pelo que ele estava procurando inclusive agredir a própria esposa, e foi preso.

O próprio Pedro Reck, na Delegacia de Polícia, pediu o telefone para ligar ao Delegado que se encontrava em Faxinal. Ligou ao Delegado e o Delegado mandou que liberassem o preso. Foi liberado em seguida. E em seguida ele voltou à sua casa, sua própria casa, fazendo a família sair às pressas de casa e agredindo inclusive vizinhos. Foi quando, novamente, o próprio tio de Rasemiro Reck, pediu à polícia que fizesse apreensão novamente, porque não era possível continuar em liberdade uma pessoa como se encontrava.

Nesse momento, quando a polícia voltava para efetuar a prisão, entraram em luta corporal, rasgando inclusive a farda da polícia. Houve na realidade agressão de ambas as partes.

E em seguida, ele foi preso, machucado, tanto o soldado como Pedro Reck. E lá na Delegacia, notando depois, que ele não passava bem, a própria polícia levou, pedindo que encaminhasse ao hospital para averiguar. E acabou vindo a falecer.

Não tem, nobre Deputado, o nosso apoio de forma nenhuma, o que aconteceu. Por isso, imediatamente, o próprio Prefeito pediu a designação de um delegado especial para averiguar e poder fazer uma sindicância e trazer a público o que aconteceu. E se na realidade existe culpado, como Vossa Excelência denuncia nesta Casa, de um policial, com três crimes, se na realidade existir estas falhas, posso afirmar a Vossa Excelência que o policial será punido.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço a Vossa Excelência, no entanto não posso concordar com as afirmativas de Vossa Excelência. Como estive lá Vossa Excelência, também estive eu. Vi a revolta da população pelo assassinato bárbaro, o mais cruel, o mais vil, ocorrido no Vale do Ivaí. E não só o crime revoltara a população contra os policiais, porque lá em Jardim Alegre, quase todos os dias roubam veículos, carros, caminhões. E o comentário é que a polícia acoberta os bandidos e os ladrões. E é por esta razão que a população de Jardim Alegre não confia mais nas autoridades policiais. E se a população não confia na autoridade policial responsável para manter a ordem e a segurança, é necessário que o Secretário de Segurança Pública remova, remaneje os policiais de Jardim Alegre, mandando para a cidade outros policiais, para procurar acabar com o medo que impera na laboriosa população daquela cidade.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Presidência consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Trajano Bastos, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor as diversas Comissões Técnicas da Casa. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o seu nome para diversas Comissões Técnicas da Casa. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Ao Departamento Legislativo.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CORNÉLIO PROCÓPIO", com sede e foro em Cornélio Procópio. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER, pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 106/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor WOLFRAM RUHENSTROTH-BAUER pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 106/81

De autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, visa o presente Plano de Lei conceder o título de cidadania honorária ao Dr. WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER.

O homenageado provém de um povo que na velha Europa, forma uma minoria nacional denominada “Suábios do Danúbio”. A vinda dos suábios para a Colônia de Entre Rios, em Guarapuava, foi possível graças à intervenção de alguns organismos nacionais e estrangeiros, ficando a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda. responsável pela gestão dos procedimentos necessários para a fixação dos imigrantes.

A contribuição do Dr. Ruhenstroth foi decisiva para o soerguimento e desenvolvimento da Colônia de Entre Rios, inclusive com a consecução de verbas e equipamentos agrícolas provenientes de países amigos, beneficiando com isso, não somente os imigrantes, mas toda a comunidade guarapuavana, com reflexos para a economia do Estado.

Dessa forma, justa é a homenagem que ora se presta a este cidadão de inegáveis méritos, que tanto vem trabalhando para o progresso da nossa terra.

Cumpridas que foram as formalidades legais, somos FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/81, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública o “CLUBE DE PROTEÇÃO AO MENOR E PREVIDÊNCIA - PROMENOR”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 141/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Clube de Proteção ao Menor e Previdência - PROMENOR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1981.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Proteção ao Menor e Previdência, usando também a sigla “PROMENOR CLUBE”, fundado em 20 de junho de 1974, é uma entidade de caráter civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Curitiba, atende a muitos menores carentes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 141/81

Examinando a Lei n.º 6994, de 10.01.78, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública, exige os seguintes documentos:

1 — Personalidade jurídica há mais de 1 ano,

2 — Efetivo exercício e sirvam desinteressadamente à coletividade, conforme os fins estatutários,

3 — Cargos exercidos pela diretoria não seja remunerado,

4 — Relatório provando que promovem a educação, assistência social e prestam serviço de caráter geral à coletividade.

Verificando a documentação anexa ao projeto de lei vemos que a mesma preenche todos os requisitos indispensáveis para que possa vir a ser declarada de utilidade pública.

Face ao exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do projeto de lei em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo. — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

15 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Leis n.ºs 106 e 141/81.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções n.ºs 117 e 118/81.

Levanta-se a sessão.